MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

TERMO DE REFERÊNCIA 2026

CONSULTORIA POR PRODUTO - PESSOA FÍSICA

1. Código e título do Projeto

BRA/23/024 – Inovação e inclusão na promoção de direitos humanos e cidadania no Brasil

2. Número e título do Edital

Edital nº 07/2026 - Curso "Direito à Identidade, Cidadania e Documentação" para a Plataforma EV.G/Enap.

3. Organismo Internacional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

4. Secretaria Demandante

Secretaria Nacional dos Direitos Humanos

Coordenação-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento

5. Supervisor técnico

Supervisor Técnico: Tula Viera Brasileiro, Coordenadora-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento.

Supervisor Técnico (Substituto): Mara Cristina Salles Corrêa, Servidora da Coordenação-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento.

6. Antecedentes e justificativa

O curso "Direito à Identidade, Cidadania e Documentação" foi originalmente desenvolvido em 2018, no âmbito do Projeto PNUD-BRA/16/020 - documento SEI nº (0553217), como parte do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Seu objetivo foi capacitar agentes públicos, atores sociais e a população em geral sobre a importância do registro civil de nascimento (RCN) e da documentação básica como direitos humanos fundamentais, conforme diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

À época, o curso foi estruturado com base no contexto da política nacional de erradicação do sub-registro civil, destacando avanços significativos, como a redução do sub-registro para cerca de 1% a partir de 2014, bem como os desafios persistentes relacionados ao acesso à documentação por populações vulnerabilizadas.

Desde então, houve mudanças relevantes no arcabouço normativo, nos fluxos operacionais e nas estratégias institucionais voltadas à promoção do registro civil e da documentação básica, incluindo transformações digitais, novos arranjos de governança e maior integração com as políticas de direitos humanos.

Nesse contexto, o curso atualmente ofertado encontra-se desatualizado em relação:

- às alterações normativas;
- às novas estratégias de enfrentamento ao sub-registro;
- às abordagens contemporâneas de educação em direitos humanos; e
- às demandas atuais de capacitação de agentes públicos e da sociedade.

No âmbito do planejamento da CGRCN para 2026, a elaboração de um novo curso configura-se como ação prioritária voltada ao fortalecimento da educação em direitos humanos, com ênfase na ampliação do acesso a direitos por populações historicamente vulnerabilizadas.

A iniciativa tem como objetivo disponibilizar conteúdo formativo atualizado, acessível e alinhado às diretrizes contemporâneas de educação em direitos humanos, contribuindo para o fortalecimento institucional do MDHC, a qualificação de agentes públicos e atores sociais, a disseminação de conhecimento sobre o registro civil de nascimento e a documentação básica e o aprimoramento das estratégias de enfrentamento ao sub-registro, com ênfase na ampliação do acesso a direitos por populações historicamente vulnerabilizadas.

Nesse contexto, entende-se que a mera revisão do curso anteriormente desenvolvido não é suficiente para atender às demandas atuais, sendo necessária a elaboração de novo conteúdo formativo, estruturado a partir das diretrizes contemporâneas de políticas públicas, educação em direitos humanos e design instrucional, tomando como referência o curso anterior.

Destaca-se que a elaboração de novo curso envolve complexidade técnica e pedagógica relevante, compreendendo a concepção integral de solução educacional, com definição de arquitetura instrucional, desenvolvimento de conteúdo técnico especializado, estruturação de estratégias de aprendizagem e adequação aos padrões contemporâneos de ensino a distância.

A contratação se alinha ao enquadramento do Projeto BRA/23/024, especialmente ao Produto 2, relativo ao desenvolvimento de ações de fortalecimento de capacidades de instituições e atores que atuam na implantação das políticas públicas de direitos humanos e cidadania, e à Atividade 2.2, que prevê a elaboração de conteúdos voltados a promover a implementação de planos e diretrizes vinculadas ao MDHC. Nesse contexto, a consultoria terá caráter técnico-subsidiário, voltado à produção de insumos qualificados para o fortalecimento das ações de

educação em direitos humanos, por meio da estruturação de solução educacional tecnicamente qualificada e metodologicamente consistente, alinhada às diretrizes institucionais vigentes, contribuindo para a qualificação de agentes públicos e para a disseminação das políticas públicas de registro civil de nascimento e documentação básica.

O curso elaborado deverá fazer parte do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MDHC, realizado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, e deverá ser disponibilizado na plataforma da Escola Virtual de Governo.

7. Enquadramento nas ações do Projeto

Produto 2: Ações de fortalecimento de capacidades de instituições e atores atuando na implantação das políticas públicas de direitos humanos e cidadania desenvolvidas.

Atividade 2.2: Elaborar conteúdos e estimular a mobilização social com o objetivo de promover a implementação de planos e diretrizes vinculadas ao MDHC.

8. Finalidade da contratação

Contratação de consultor pessoa física, na modalidade produto, para **elaboração de novo curso "Direito à Identidade, Cidadania e Documentação"**, concebido como solução educacional completa, compreendendo a definição da proposta pedagógica, o desenvolvimento de arquitetura e design instrucional, a produção de conteúdo técnico especializado, a estruturação de trilha formativa e de atividades educacionais, bem como a adequação aos padrões avançados da plataforma de cursos da Enap/EV.G, bem como o apoio técnico à implementação do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela Enap/EV.G, em plataforma Moodle, compreendendo a inserção, a organização e a configuração dos conteúdos na medida em que os acessos, as permissões e os procedimentos definidos pela Enap/EV.G o permitirem, e, nas hipóteses em que a implementação couber exclusivamente à Enap, a preparação dos arquivos e materiais nos formatos e padrões por ela exigidos, o acompanhamento técnico da montagem e a validação do curso no ambiente, considerando as mudanças normativas, institucionais e metodológicas ocorridas, além das diretrizes contemporâneas de educação em direitos humanos e ensino a distância. O curso deverá ser estruturado em formato online autoinstrucional, completamente assíncrono, com carga horária de 30 horas, e utilizará materiais diversificados (ebooks, vídeos, textos, atividades interativas).

9. Requisitos

9.1. Requisitos Obrigatórios:

- Graduação em Ciências Humanas ou áreas afins, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, em áreas correlatas;
- Experiência profissional, mínima de 2 anos, em políticas públicas relacionadas a direitos humanos, cidadania ou registro civil de nascimento e documentação básica.
- Experiência profissional, mínima de 1 ano, na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), especialmente plataforma Moodle, incluindo inserção, organização e configuração de conteúdos, atividades e recursos educacionais em cursos à distância.

9.2. Requisitos Desejáveis:

- Experiência profissional comprovada na elaboração ou revisão de conteúdos educacionais;
- Experiência em desenvolvimento de cursos EaD;
- Aplicação de metodologias de design instrucional.

As hipóteses de inabilitação estão listadas nos itens 4 e 5 das Diretrizes Gerais para Seleção.

Importante: Por exigência do organismo internacional, a contratação ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado médico que comprove boas condições de saúde; e
- Comprovante de imunização contra a covid-19

10. Atividades a serem desenvolvidas

10.1 Atividades relacionadas ao Produto 1 - Plano pedagógico e arquitetura instrucional do curso

- Realizar levantamento e análise do contexto atual das políticas públicas relacionadas ao registro civil de nascimento e documentação básica;
- Analisar o curso anteriormente desenvolvido como referência metodológica e temática para elaboração de novo curso;
- Elaborar proposta pedagógica completa do curso, incluindo o plano de curso (ementa, objetivos, público-alvo, carga horária e estrutura modular);
- Desenvolver proposta de arquitetura pedagógica do curso, incluindo definição de estratégias de engajamento e interatividade;
- Estruturar trilha de aprendizagem articulada às políticas públicas de registro civil de nascimento e documentação básica;
- Definir metodologia de ensino e estratégias pedagógicas alinhadas às diretrizes da Enap/EV.G.

10.2 Atividades relacionadas ao Produto 2 - Conteúdo completo do curso

- Elaborar conteúdo técnico completo do curso, estruturado por módulos;

- Elaborar atividades de aprendizagem, exercícios e respectivos feedbacks;
- Desenvolver roteiros para materiais multimídia;
- Indicar referências bibliográficas e materiais complementares atualizados;
- Utilizar linguagem e abordagem pedagógica às diretrizes atuais de EaD e educação em direitos humanos.

10.3 Atividades relacionadas ao Produto 3 - Versão final consolidada do curso

- Adequar o conteúdo aos padrões técnicos e pedagógicos da Enap/EV.G;
- Realizar ajustes solicitados pela equipe técnica até a aprovação final;
- Consolidar e organizar os materiais para entrega final.

10.4 Atividades relacionadas ao Produto 4 - Implementação do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Enap/EV.G

- Realizar a implementação do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela Enap/EV.G, em plataforma Moodle, mediante os acessos e permissões fornecidos pela instituição, ou, quando a montagem couber exclusivamente à Enap, preparar os arquivos nos padrões exigidos e acompanhar tecnicamente a implementação;
- Inserir, organizar e configurar os módulos, conteúdos, textos, atividades, exercícios, avaliações, feedbacks, recursos multimídia, materiais complementares e demais elementos que integrem o curso;
- Configurar o percurso de aprendizagem e os recursos necessários ao funcionamento autoinstrucional do curso, conforme os padrões e orientações técnicas da Enap/EV.G;
- Realizar testes de navegação, funcionamento e visualização do curso no AVA;
- Realizar os ajustes de configuração e conteúdo apontados pela CGRCN e pela Enap até a validação final do curso no ambiente virtual;
- Elaborar relatório técnico de implementação e validação do curso no AVA, acompanhado de guia sintético de organização e manutenção e dos registros que evidenciem a configuração final do curso.

Atividades transversais (aplicáveis a todos os produtos)

- Participar de reuniões técnicas com CGRCN e ENAP para alinhamento metodológico e acompanhamento da execução dos produtos;
- Participar de reuniões, preferencialmente de forma remota, com os supervisores da consultoria, prestando informações sobre o andamento dos trabalhos sempre que solicitado.

11. Produtos e resultados esperados

Produtos	Descrição
Produto 1: Plano pedagógico e arquitetura instrucional do curso	Documento técnico contendo: • análise do contexto atual da política de registro civil de nascimento e documentação básica; • análise do curso anteriormente desenvolvido como referência; • definição da ementa e dos objetivos (geral e específicos); • proposta de estrutura pedagógica, com divisão em módulos e carga horária; • definição da metodologia de ensino e estratégias pedagógicas; • indicação de referências bibliográficas e normativas atualizadas.
Produto 2: Documento técnico contendo o conteúdo completo do curso.	Documento técnico contendo: • definição de competências e resultados de aprendizagem; • matriz instrucional detalhada por módulo; • desenvolvimento do conteúdo completo do curso, organizado por módulos; • elaboração de textos didáticos, com linguagem acessível e adequada ao público-alvo; • elaboração de atividades, exercícios e instrumentos de avaliação; • desenvolvimento de roteiros para materiais multimídia (imagens, vídeos, objetos de aprendizagem, etc.); • indicação de materiais complementares, links e conteúdos de apoio (ebooks, podcasts); • adequação do conteúdo às diretrizes de educação em direitos humanos e ensino a distância.
Produto 3: Documento técnico contendo Versão final consolidada do curso	Documento consolidado contendo: • versão final do curso estruturado e completo; • incorporação dos ajustes solicitados pela equipe técnica; • adequação aos padrões e requisitos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e da Escola Virtual de Governo (EV.G); • revisão textual, pedagógica e normativa do conteúdo; • organização final dos materiais para disponibilização na plataforma educacional.

Produtos	Descrição
Produto 4: Relatório técnico de implementação e validação do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Enap/EV.G	Relatório técnico que documente o curso integralmente implementado e validado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela Enap/EV.G, em plataforma Moodle, acompanhado dos registros e evidências da configuração final (capturas de tela, endereço do curso no ambiente e demais comprovações), contendo minimamente: • registro da inserção e da organização integral dos módulos e conteúdos do curso; • registro da configuração das atividades de aprendizagem, exercícios, avaliações e respectivos feedbacks; • registro da inserção e da organização dos recursos multimídia, materiais complementares, links e conteúdos de apoio; • registro da configuração do percurso de aprendizagem e dos recursos necessários ao funcionamento autoinstrucional do curso; • adequação da estrutura do curso aos padrões e requisitos técnicos e pedagógicos estabelecidos pela Enap/EV.G; • realização de testes de navegação e funcionamento no ambiente virtual; • incorporação dos ajustes solicitados pela CGRCN e pela Enap até a validação final; • guia sintético de implementação, organização e manutenção do curso no AVA; • diretrizes para acompanhamento e avaliação dos resultados do curso, em consonância com metodologias de monitoramento de políticas públicas; • recomendações para atualização e manutenção do conteúdo ao longo do tempo.

12. Cronograma de entrega e pagamento dos produtos

Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato	Valor	Percentual
Produto 1	20 dias	R$ 3.200,00	8%
Produto 2	65 dias	R$ 16.800,00	42%
Produto 3	100 dias	R$ 11.200,00	28%
Produto 4	120 dias	R$ 8.800,00	22%
Total	--	R$ 40.000,00	100%

13. Valor total do contrato

R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

14. Duração do contrato

A duração do contrato é de 150 dias a partir da assinatura do termo.

15. Insumos

- Conteúdo original do curso (2018) - Direito à Identidade, Cidadania e Documentação;
- Legislação atualizada sobre registro civil;
- Diretrizes de educação em direitos humanos;
- Diretrizes da ENAP/EV.G;
- Documentos institucionais da CGRCN.

16. Previsão de viagens

A pessoa consultora deverá ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões na Secretaria Temática, a serem realizadas, preferencialmente, por videoconferência. Caso haja necessidade de reuniões presenciais e a pessoa selecionada não resida no Distrito Federal, as despesas com passagens e diárias serão custeadas pelo Projeto.

Poderão ser realizadas, ao longo do contrato, viagens para o cumprimento do objetivo da consultoria e elaboração dos produtos. Nesses casos, as despesas com passagens e diárias também serão custeadas pelo Projeto.

17. Localidade do trabalho

Local de Trabalho: Brasília/DF, com possibilidade de execução remota em território nacional, sem prejuízo de reuniões presenciais quando convocadas.

18. Número de vagas

Número de Vagas: 1 (uma)

19. Critérios de Seleção

Fase I: Até 80 pontos (nota máxima da fase de análise curricular)

Requisitos obrigatórios	**Até 50 pontos**
Graduação em Ciências Humanas ou áreas afins, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação	Graduação: obrigatório
Pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, em áreas correlatas	Mestrado: obrigatório Doutorado: 20 pontos
Experiência profissional, mínima de 2 anos, em atividades relacionadas a promoção de direitos humanos, cidadania ou registro civil de nascimento e documentação básica	2 anos: obrigatório Acima de 2 anos: 3 pontos por ano adicional (até 15 pontos)
Experiência profissional, mínima de 1 ano, na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), especialmente plataforma Moodle, incluindo inserção, organização e configuração de conteúdos, atividades e recursos educacionais em cursos à distância	1 ano: Obrigatório Acima de 1 ano: 3 pontos por ano adicional (até 15 pontos)
Requisitos Desejáveis	**Até 30 pontos**
Experiência profissional comprovada na elaboração ou revisão de conteúdos educacionais	2 pontos por ano completo (até 10 pontos)
Experiência em desenvolvimento de cursos EaD.	2 pontos por ano completo (até 10 pontos)
Aplicação de metodologias de design instrucional	2 pontos por ano completo (até 10 pontos)

Fase II: Até 20 pontos (nota máxima da fase de entrevista)

Habilidades e competências	Até 20 pontos
Deverá demonstrar domínio dos temas relacionados ao objeto da contratação, com fluência verbal e postura profissional, evidenciando cordialidade, polidez e assertividade, bem como atenção, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, além de capacidade de análise e síntese.	A pontuação será atribuída proporcionalmente ao número de perguntas, conforme o nível de atendimento a cada requisito.

20. Inscrições

20.1. As pessoas interessadas em participar do processo seletivo deverão encaminhar currículo no modelo padrão disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais/2026_CV_padrao.docx, para o endereço eletrônico rcn_cidadania@mdh.gov.br

20.2. O currículo deverá ser enviado em PDF, em português, e conforme o modelo padrão. Currículos que não observem esse padrão, assim como arquivos corrompidos, ilegíveis ou inviáveis de visualizar, serão desconsiderados.

20.3. No campo "Assunto" do e-mail, deverá constar obrigatoriamente: Projeto BRA/23/024 - Edital 07/2026, a fim de identificar a vaga pretendida.

20.4. O não atendimento aos subitens acima implicará o indeferimento da candidatura.

21. Disposições Finais

Leia atentamente o documento **"Critérios Gerais de Seleção 2026 - Projetos de Cooperação Internacional/MDHC"**, disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais/editais-2026./2026_Diretrizes_selecao_consultoriasPF.pdf

O documento reúne as regras gerais do processo seletivo, incluindo requisitos, inscrições, previsão de viagens, hipóteses de inabilitação, critérios de classificação e divulgação de resultados. Apresenta, ainda, orientações sobre contratação, entrega, avaliação e pagamento dos produtos, bem como os critérios de seleção e a pontuação máxima por etapa.